

Instituto de Previdência de Japeri conquista Certificado de Regularidade Previdenciária

06/06/2022



O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Japeri (Previ-Japeri) conquistou, nesta terça-feira (25), o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) administrativamente – documento que comprova que o Instituto segue normas de boa gestão e assegura o pagamento dos benefícios aos aposentados e pensionistas. Na Baixada Fluminense, apenas quatro municípios têm o CRP válido, sendo que três deles obtiveram a certificação judicialmente. Os outros seis não tem o documento.

Com a certificação em dia, Japeri está apto a receber transferências voluntárias de recursos pela União e pode realizar acordos, contratos, convênios ou ajustes, empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidade da União, além de buscar recursos estaduais e federais para investir no desenvolvimento da cidade.

A conquista do certificado do RPPS Japeri é fruto do empenho do Instituto de Previdência que implementou um plano de trabalho para regularizar a situação previdenciária do município e que contou com a Câmara Municipal, que sensível ao tema aprovou a reforma da previdência do município proposta pela Prefeita (Lei Complementar nº 256/2021).

Nesta quarta-feira (26), a Presidente da Previ-Japeri, Maria Lúcia Azevedo Viana Dória, se reuniu com a prefeita da cidade, Dr^a Fernanda Ontiveros, para apresentar o certificado.

A presidente do Instituto ressaltou a importância de conseguir o certificado administrativamente, sem a necessidade de judicializar ou realizar contrato com empresa especializada, o que além de poupar os cofres públicos, confirma o acerto da Prefeita em fazer escolhas técnicas para o seu secretariado.

“A gestão Fernanda Ontiveros ao prezar as escolhas técnicas tem conseguido resultados expressivos, que demonstram que a opção pelo profissionalismo na gestão pública é uma característica marcante deste governo”, ressaltou a Presidente do Previ Japeri”.

Estas palavras podem ser provadas pelo fato de a sete anos o município estar sem o CRP, devida a inúmeras irregularidades das gestões anteriores.